

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CASA

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS
EXERCÍCIOS FINDOS 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
E RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CASA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Quadro 1 - Balanços patrimoniais

Quadro 2 - Demonstração dos resultados

Quadro 3 - Demonstração das mutações do patrimônio social

Quadro 4 - Demonstração dos fluxos de caixa

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores

Fundo Socioambiental Casa

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do **Fundo Socioambiental Casa**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação destas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicável às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000) e orientações contidas na Interpretação Técnica ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter uma segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorções relevantes.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores
Fundo Socioambiental Casa
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Fundo Socioambiental Casa** em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2015.

Vinicius dos Santos Batista
CRC 1RJ-091540/0-2
SEIER Auditoria Independente Ltda.
CRC RJ-005204/O -2

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CASA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo Socioambiental Casa ("CASA" ou "Entidade") é uma associação constituída em 26 de maio de 2006, sem fins lucrativos, com sede à Rua Itápolis nº 1.468, Pacaembu, São Paulo - SP.

A Entidade tem como atividades principais:

- a) Contribuir para o desenvolvimento sustentável, mediante a promoção da conservação ambiental, combate à pobreza, fortalecimento da democracia e da justiça, da valorização da paz e da dignidade e qualidade de vida, com ênfase nas iniciativas que se originam de grupos da sociedade civil, por meio de intermediação de financiamentos a fundo perdido a outras entidades da sociedade civil;
- b) Fortalecer organizações e iniciativas da sociedade civil mediante o desenvolvimento de programas de assistência técnica ou financeira, capacitação, treinamento e prestação de serviços, diretamente junto a organizações não governamentais congêneres, organizações da sociedade civil de interesse público, movimentos sociais, bem como, via instituições públicas e privadas, no campo do desenvolvimento sustentável;
- c) Apoiar o desenvolvimento e uso de sistemas de informação, tecnologias e mecanismos de difusão de experiências e iniciativas de grupos da sociedade civil que atuem no campo do desenvolvimento sustentável, da promoção social e da conservação e integridade ambiental;
- d) Contribuir para ampliar o diálogo e cooperação técnica, financeira ou institucional entre organizações de diversos setores da sociedade, incluindo organizações de direito público e de direito privado, com ou sem finalidades econômicas ou lucrativas, de forma a fortalecer as iniciativas da sociedade civil que lidam com as dimensões sociais e ambientais na promoção do desenvolvimento sustentável.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Entidade em 10 de abril de 2015.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos e revogados pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei 11.941/09, além dos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade - NBCT 10, item 10.19 - Entidades sem finalidade de lucros, expedida pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer a administração, baseada em estimativas, efetue o registro de certas transações que afetam ativos e passivos, receitas, custos e despesas, bem como divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Apuração das receitas e despesas

Receitas de doação e receita financeira

As receitas de doações de terceiros para repasse a apoiados, oriundas de contratos de financiamentos e outras doações são reconhecidas pelo regime de caixa, conforme orientações contidas na ITG 2002, aplicável as entidades sem fins lucrativos, mediante documento hábil, quando do efetivo recebimento dos recursos. A Entidade avaliou suas receitas de acordo com critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todas as operações de doações de repasse e outras doações.

As receitas financeiras são registradas pelo regime de competência.

Despesas com repasses a apoiados, despesas administrativas e gerais

As despesas são registradas de acordo com o regime de competência. Os gastos incorridos com repasses são apropriados ao resultado no momento da formalização do contrato de apoio, que se assemelha a data de transferência efetiva dos recursos.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Na rubrica de disponibilidades estão registrados os saldos de banco conta movimento e de aplicações financeiras com alta liquidez e estão registradas ao seu valor de mercado. Estes saldos apresentam liquidez imediata e apresentam risco insignificante de mudanças de valor.

c. Imobilizado

• Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

- **Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil-econômica dos bens. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

- d. **Passivo circulante e não circulante**

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, ajustados a valor presente quando aplicável, com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos destes passivos, e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos.

- e. **Provisões para demandas judiciais e administrativas**

As provisões para contingências tributárias, trabalhistas e outras são constituídas com base na expectativa de perda provável nas respectivas ações em andamento, manifestada pelos consultores jurídicos externos da Entidade.

- f. **Estimativas contábeis**

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as praticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Sociedade se baseie em estimativas para registro de certas transações que afetem os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Referente às estimadas contábeis, consideramos a provisão para credito de liquidação duvidosa, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas que poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro as disponibilidades da Entidade, estão constituídas por recursos em moeda nacional, depositadas junto às instituições financeiras operantes no país.

<u>Descrição</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fundo de caixa	38,10	38,10
Banco do Brasil - AG 4211-0/7128.5 (IAF)	586,53	599,48
Banco do Brasil - AG 4211-0/5809-2	763,63	588,23
Caixa Econômica Federal - AG 3716/629-7	1.739.325,00	-
	<u>1.740.713,26</u>	<u>1.225,81</u>

A conta bancária é destinada ao recebimento dos recursos das operações da Entidade e à liquidação das despesas correntes, não havendo restrições, bem como bloqueios judiciais para suas movimentações.

5. APLICAÇÃO FINANCEIRA

<u>Descrição</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Banco do Brasil - AG 4122-0/5809-2 - Investimentos	653.779,10	946.740,28
Banco do Brasil - AG 4122-0/7128-5 - Investimentos	125.900,03	10.872,96
Banco do Brasil - AG 4122-0/5809-2 - Ourocap	3.000,00	-
	<u>782.679,13</u>	<u>957.613,24</u>

As aplicações financeiras, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a aplicações em CDB remunerados a taxa pós-fixada equivalente a um percentual do CDI, conforme valor da aplicação.

6. CONTRATOS E ACORDO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA.

<u>Descrição</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fundo Mott 2014/2015	129.780,00	-
Fundo Socioambiental Caixa (i)	2.530.835,00	-
	<u>2.660.615,00</u>	<u>-</u>

(i) Contrato firmado entre Fundo Socioambiental Casa e a Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 4.270.210,00, sendo R\$ 270.210,00 e R\$ 4.000.000,00, respectivamente, com duração de 36 meses (**dezembro de 2014 com vigência até dezembro de 2017**), com recebimento de R\$ 1.739.375,00 em **09 de dezembro de 2015 na Caixa Econômica Federal - AG 3716/629-7 (nota explicativa 4)** para ser repassado o montante de R\$ 1.350.000,00 para doações a partir de 2015.

7. IMOBILIZADO

<u>Descrição</u>	<u>Saldo em</u> <u>31.12.2013</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Saldo em</u> <u>31.12.2014</u>
Equip. de Informatica	4.230,12	-	-	4.230,12
Depreciação	(1.389,50)	(224,73)	-	(1.614,23)
Imobilizado líquido	<u>2.840,62</u>	<u>(224,73)</u>	-	<u>2.615,89</u>

8. OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E SOCIAIS

<u>Descrição</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
INSS a recolher (i)	1.682,73	-
FGTS a recolher (i)	380,27	-
Contribuição Sindical a pagar	327,90	327,90
PIS s/ Folha a Recolher (i)	47,53	57,07
IRRF sobre salário (i)	280,80	420,32
Provisão de férias e encargos sociais	3.415,64	1.872,37
	<u>6.134,87</u>	<u>2.677,66</u>

(i) Pagamentos realizados no exercício de 2015, em sua totalidade.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER.

<u>Descrição</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
ISS a recolher	-	244,00
PIS COFINS CSLL - Lei 10.833	-	1.116,16
IRRF s/ Serviços Pessoa Juridica (i)	418,43	851,01
	<u>418,43</u>	<u>2.211,17</u>

10. CONTRATOS E ACORDO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA.

<u>Descrição</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fundo Socioambiental Caixa (nota 6 (i))	2.009.585,00	-
Outros	131.585,12	-
Circulante	<u>2.141.170,12</u>	<u>-</u>
Fundo Socioambiental Caixa (nota 6 (i))	2.260.625,00	-
Não Circulante	<u>2.260.625,00</u>	<u>-</u>

11. PATRIMÔNIO SOCIAL.

É constituído pelo superávit e déficit inerente às atividades da Entidade, apurado ao término de cada exercício social.

12. COMPROMISSOS E CONTINGÊNCIAS

A Entidade contrata prestadores de serviços para execução de atividades relacionadas à sua operação e entende que este procedimento é normal em seu segmento de mercado. Contudo, a fim de resguardar-se de possíveis interpretações divergentes que podem ser manifestadas pelas autoridades previdenciárias, a Entidade constitui provisão para contingências relacionadas ao referido assunto.

Em 31 de dezembro de 2014, a Entidade mantinha provisão para demandas judiciais e administrativas, no montante de R\$ 301.576,81 (R\$ 301.576,81 em 31 de dezembro de 2013), associada aos riscos da contratação de prestadores de serviços, incluindo prováveis desembolsos com encargos previdenciários, correspondentes.

Adicionalmente, a Administração estima outros R\$ 490.146 (R\$387.888 em 2011) com demandas judiciais e administrativas com risco possível de perda, relacionadas ao mesmo assunto comentado anteriormente, para as quais não foi registrada provisão, obedecendo ao que determina o pronunciamento contábil CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

13. RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	2014	2013
Doações para repasse a apoiados	1.262.950,46	1.308.374,26
Outras doações	773.872,74	543.935,54
	2.036.823,20	1.852.309,80

DOAÇÃO PARA REPASSE A APOIADOS

Os recursos são recebidos por meio de contratos de financiamento a fundo perdido, em sua grande maioria de fundações internacionais, cujos montantes são repassados pela Entidade a outras instituições sem fins lucrativos (Apoiados), para desenvolvimento de projetos sócio ambientais. Os financiamentos a fundo perdido não preveem devolução dos recursos durante ou ao final da vigência dos contratos.

OUTRAS DOAÇÕES

São doações recebidas dos financiadores com objetivo da manutenção das atividades administrativas e operacionais da Entidade.

As doações têm as seguintes origens:

Descrição	31.12.2014		31.12.2013	
	Doação repasse	Outras Doações	Doação repasse	Outras Doações
GGF	377.924,40	97.398,00	294.423,00	98.024,76
Fundo Sulamericano	484.777,36	-	783.961,36	55.496,00
IAF	97.070,80	92.728,72	-	1.985,26
MOTT	71.071,20	507.001,00	-	269.400,00
Both Ends	27.488,50	16.255,52	-	61.829,05
Aveda	113.428,20	-	-	-
ICV/Clua	47.490,00	-	-	-
WWF	43.700,00	-	-	-
Blue Moon	-	-	61.090,44	21.396,75
Fundação Swift	-	35.926,50	69.542,03	29.803,72
Flow Fund	-	-	39.198,59	-
Outros	-	24.563,00	60.158,84	6.000,00
	1.262.950,46	773.872,74	1.308.374,26	543.935,54

(a) GGF – Contratos de financiamento a fundo perdido firmados em novembro de 2008 com término em junho de 2014, com financiamento do GGF – Global Grengants Fund (“GGF”). Os contratos com a GGF preveem liberações para repasse no montante total de US\$ 912,700 (R\$1.674.099, convertidos às taxas de câmbio da época de cada liberação), sendo recebidos R\$134.453,00, R\$261.006,00, R\$ 294.423,00 e R\$165.600,00 nos exercícios de 2011, 2012, 2013 e 2014 respectivamente. Entre 2008 e 2014, os recursos foram repassados a 175 associações sem fins lucrativos, distribuídas em Estados brasileiros e em outros países da América do Sul, sendo R\$252.997,00 em 2011, R\$340.052,00 em 2012, R\$ 276.814,93 em 2013 e R\$ 186.850,22 em 2014. O contrato foi renovado em julho de 2014 com termino em junho de 2015, está renovação prevê o total de US\$138,000 para doação (convertidos às taxas de câmbio em vigor), em 2014 foi recebido o montante de US\$ 69,000 referente a R\$ 154.422,00 deste total R\$81.621,00 foram repassados à 8 associações brasileiras e 1 da América do Sul e R\$ 50.000,00 foram doados em parceria com a organização brasileira Instituto Centro de Vida - ICV à 7 associações brasileiras.

(b) Fundo Sulamericano – Financiamento a fundo perdido realizado pelo Fundo Sulamericano via GGF, firmados entre julho de 2008 e dezembro de 2012 e via Mott, entre janeiro de 2013 e dezembro de 2014. Entre os exercícios de 2011, 2012, 2013 e 2014, os valores recebidos para repasse totalizavam US\$ 616,441 (R\$ 1.188.810 convertidos às taxas de câmbio da época de cada liberação), sendo R\$ 117.182 em 2011, R\$ 124.644 em 2012, R\$ 707.184 em 2013 e R\$239.800 em 2014. Os recursos foram repassados a 123 associações apoiadas, sendo R\$101.444,00 no exercício 2011, R\$123.962,00 em 2012, R\$ 449.149,00 em 2013 e R\$ 484.777,36 em 2014.

(c) IAF – O Contrato IAF teve início em setembro de 2009, com término em setembro de 2013. O valor destinado para repasse foi de US\$ 150.000 (R\$ 261.838, convertidos às taxas de câmbio da época de cada liberação), sendo recebido o montante de R\$190.565, no exercício de 2011, e o restante em 2010. Entre 2011, 2012 e 2013, os recursos foram repassados a 37 associações apoiadas, nos montantes de R\$92.559, R\$137.594 e R\$7.693,84 respectivamente. O contrato foi renovado em fevereiro de 2014 com término em abril de 2015, prevê o total de US\$ 55,000 referente à R\$ 121.000,00 deste total foram repassados em 2014 o montante de R\$ 97.070,80 para 10 organizações.

(d) MOTT – O **C. S. MOTT Foundation ("MOTT")** realiza doações para repasse a Entidades desde em junho de 2012, o contrato de doação para repasse em vigor tem vencimento no exercício de 2014. Em 2012, houve uma liberação para repasse no montante US\$ 60.000 (R\$ 120.300, convertidos às taxas de câmbio da época de cada liberação), dos quais R\$ 39.025,00 para 2 organizações em 2012, R\$ 49.962,60 para 3 organizações em 2013 e R\$ 27.871,20 para 2 organizações em 2014. E em 2014 foi liberado recurso no valor de US\$ 20.000 equivalente a R\$ 43.684, para o estudo de energia onde foi repassado R\$ 43.200, a 1 organização.

(e) BOTH ENDS – O contrato **BOTH ENDS STORIES** teve início em 2011, com vigências até 2014. Entre os exercícios de 2011 a 2013, foram liberados para repasse o montante de €217,798 (R\$ 427.808, convertidos às taxas de câmbio da época de cada liberação). Durante o exercício de 2011 e entre 2013 e 2014, foram repassados R\$43.145 a 1 associação, R\$ 148.775,50 e R\$ 27.488,50 para 15 associações respectivamente.

(f) BLUE MOON – O contrato **BLUE MOON 2013** teve o objetivo de apoiar um único projeto. Em abril de 2013 foi liberado para repasse o montante total de US\$40,980 (R\$ 81.972 convertidos às taxas de câmbio da época), transferidos em maio e agosto de 2013 o valor de R\$ 60.926.

(g) FUNDAÇÃO SWIFT – O contrato com a **FUNDAÇÃO SWIFT via GGF**, firmou-se entre fevereiro de 2013 a fevereiro de 2014, foram liberados para repasse o montante de US\$ 75,000 (R\$160.528, convertidos às taxas de câmbio da época), dos quais R\$ 70.455,00 foram transferidos para 7 organizações em 2013 e R\$ 59.453,18 à 5 organizações em 2014.

(h) FLOW FUND – O Contrato com **FLOW FUND** teve início em 2010 e tem como objetivo apoiar projetos sociais que visam o bem estar dos indivíduos. Em 2011 e 2013 houve liberações para repasse no montante total de US\$ 119,980 (R\$ 202.065,59 convertidos às taxas de câmbio da época), transferidos a 17 projetos em 2012 e 1 em 2013.

(i) AVEDA – O contrato com **AVEDA via GGF**, firmou-se em abril de 2014, foram liberados para repasse o montante de US\$ 57,900 (R\$ 127.291,00 convertidos às taxas de câmbio da época), dos quais R\$ 113.428,00 foram repassados para 2 organizações em 2014.

(j) WWF BRASIL – O contrato, firmou-se de junho a setembro de 2014, foram liberados R\$43.700,00 cujo total foi repassado a 1 organização em 2014.

(k) ICV / CLUA – O contrato com CLUA via ICV, firmou-se de março a dezembro de 2014, foram liberados R\$ 47.500,00 para doação dos quais foram repassados R\$47.490,00 a 3 organizações em 2014.

14. DESPESAS COM REPASSES A APOIADOS

Descrição	2014	2013
GGF	491.352,60	276.814,93
IAF	97.070,80	7.693,84
MOTT	71.071,20	49.962,60
Both Ends	27.488,50	148.775,50
SARF	489.225,74	449.149,00
Fundação Swift	-	70.455,00
Outros	91.190,19	151.922,64
	1.267.399,03	1.154.773,51

15. ISENÇÕES E IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS

A Entidade, por sua finalidade e objetivos e por atender aos requisitos da legislação em vigor, usufrui isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre os eventuais superávits dos exercícios e da Contribuição para a seguridade social (COFINS) das receitas decorrentes de suas atividades estatutárias. O PIS/PASEP-Programa de Integração Social e de Formação do Servidor Público é calculado na base de 1% da folha de pagamento.

16. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2014, a Entidade não mantinha cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros do ativo em 31 de dezembro de 2014 são:

- Caixa e equivalentes de caixa: Os saldos em conta corrente têm seus valores justos corresponde aos saldos contábeis; e
- Títulos e valores mobiliários: os saldos em aplicações financeiras de curto prazo, que têm seus valores justos correspondem aos saldos contábeis.

b) Operações com instrumentos derivativos

A Entidade não efetuou operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

18. QUOCIENTES PATRIMONIAIS

		2014	2013
LIQUIDEZ IMEDIATA			
Caixa e equivalentes de caixa	<u>1.740.713,25</u> =	0,81	196,15
Passivo circulante	<u>2.147.723,47</u>		
LIQUIDEZ CORRENTE			
Ativo circulante	<u>5.194.211,98</u> =	2,42	197,48
Passivo circulante	<u>2.147.723,47</u>		
LIQUIDEZ GERAL			
Ativo circulante + realizável a longo prazo	<u>5.194.211,98</u> =	1,10	3,15
Passivo circulante + exigível a longo prazo	<u>4.709.925,28</u>		

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

A entidade avaliou os eventos subsequentes até 10 de abril de 2015.

* * *